

Senador mineiro, candidato do DEM à presidência do Senado, comemorou aval do Planalto e já conquistou apoio do PSD, Pros e Republicanos. Pode contar ainda com a bancada do PT

RODRIGO PACHECO TERÁ O APOIO DE BOLSONARO

LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS

MATHEUS MURATORI

Nome de situação na eleição para a presidência do Senado Federal, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ganhou mais um aliado para a disputa ao cargo, em 2 de fevereiro deste ano: Jair Bolsonaro (sem partido). O presidente da República afirmou a preferência pelo mineiro em reunião com parlamentares do MDB, um dos partidos que estudam lançar candidatura própria para disputar a presidência do Senado. A decisão de Bolsonaro foi informada pelo próprio governante no fim da tarde de sexta-feira, durante encontro com os senadores emedebistas. Oficialmente, o presidente ainda afirma neutralidade na eleição.

Até o momento, somente Pacheco, candidato do atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é nome certo na disputa para a presidência no biênio 2021-2023. Além de MDB, há chances de outras legendas lançarem candidaturas próprias. Três partidos já anunciaram apoio a Pacheco: PSD, Pros e Republicanos, confirmado na sexta. Esse partido, inclusive, é o de Flávio Bolsonaro (Republicanos-RR), filho do presidente Jair Bolsonaro. Com as três legendas mais o Democratas, partido do senador mineiro, são 22 parlamentares que têm o voto comprometido. O Senado conta com 81 senadores.

O apoio do PSD foi selado na terça-feira, em reunião em Belo Horizonte entre o senador, o prefeito de Belo Horizonte, Alexan-



“Todos os apoios são importantes para construirmos um caminho de pacificação, união e de solução para os problemas do Brasil”

■ Rodrigo Pacheco (DEM-MG), senador, candidato à presidência do Senado

dre Kalil, o presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, e os senadores Antonio Anastasia (PSD-MG), Carlos Viana (PSD-MG) e Otto Alencar (PSD-BA).

Pacheco (DEM-MG) celebrou o apoio do presidente Bolsonaro (sem partido). O senador mineiro falou em “união” e “pacificação” com mais essa força para a disputa da vaga na Mesa Diretora da Casa. “Todos os apoios são importantes para construirmos um caminho de pacificação, união e de solução para os problemas do Brasil”, disse Rodri-

go Pacheco ontem, após ser questionado pelo Estado de Minas sobre o apoio de Bolsonaro.

DISPUTA A aproximação de Bolsonaro com Pacheco levou o MDB a cobrar apoio do Palácio do Planalto na disputa. Pacheco terá como principal adversário um candidato emedebista, que deve ser definido até sexta-feira. A eleição que vai renovar o comando da Câmara e do Senado está marcada para fevereiro. O líder do governo no Senado, Fernando Be-

zerra Coelho (MDB-PE), se reuniu na tarde de sexta-feira com Bolsonaro. Pré-candidato à presidência da Casa, Bezerra Coelho está em campanha e tem pedido voto aos colegas.

Bolsonaro, no entanto, mantém a disposição de apoiar Pacheco, líder do DEM, mesmo contrariando o MDB. Para não criar mais melindres, o presidente não deve fazer uma declaração pública. Além de Bezerra Coelho, o MDB tem outros três pré-candidatos. Estão no páreo Eduardo Braga (AM), Simone Tebet

(MS) e Eduardo Gomes (TO), que é líder do governo no Congresso. De todos esses nomes, apenas Tebet não tem qualquer aproximação com o Planalto. Apesar de o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) na Câmara se apresentar como uma chapa que prega independência do Executivo, no Senado o MDB é governista.

Para tentar barrar uma aliança do DEM com o PT, Braga – que lidera a bancada do MDB – fez reunião virtual na sexta-feira com senadores petistas. Apelo para que o PT adie o anúncio de apoio que

se prepara para fazer amanhã, mas o partido, que tem seis senadores, está praticamente fechado com Pacheco. Se vencer, o líder do DEM prometeu ao PT a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que hoje está com o Podemos.

Além disso, o aval dos petistas a Baleia Rossi na disputa pela presidência da Câmara empurra o partido a avalizar Pacheco para o comando do Senado. O motivo alegado é evitar que o MDB volte a ter o comando das duas casas do Legislativo. (Com agências)

O COFRE E A CANETA

Confira as ferramentas de convencimento que o governo federal poderá usar para trazer vantagem ao deputado Arthur Lira (PP-AL) na disputa pela presidência da Câmara:

NO ATACADO

O governo tem em mãos...

>> 837 cargos comissionados de direção e assessoramento superior (DAS) de número 5. Valor do salário: R\$ 13.623,39

>> E 1.799 cargos DAS de número 4. Valor do salário: R\$ 10.373,30

>> O governo tem poder para disponibilizar o comando de 197 empresas estatais e conselhos econômicos

NO VAREJO

Aos partidos que apoiarem Lira, o governo ainda pode...

>> Oferecer ministérios. Embora importantes para a ala ideológica, nomes como Ricardo Salles, do Meio Ambiente, e Ernesto Araújo, das Relações Internacionais, podem ser substituídos

>> Ampliar o espaço com uma reforma ministerial já prevista para agregar os membros do Centrão

>> Outra saída é a liberação de emendas parlamentares oficiais ou informais

OUTROS ATRATIVOS

O governo ainda tem uma série de órgãos que despertam a cobiça de parlamentares. Segue uma pequena lista...

>> Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

>> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)

>> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

>> Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

>> Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE)

>> Banco do Nordeste

Armas do Planalto na disputa

LUIZ CALCAGNO

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem em mãos duas armas importantes, que devem impor dificuldades a adversários na disputa pela presidência da Câmara: a caneta e o cofre. Basicamente, o presidente da República pode dispor de ministérios, de cargos, de empresas estatais, de conselhos e de emendas parlamentares para dissuadir deputados a votarem no líder do Centrão, Arthur Lira (PP-AL), para o comando da Casa legislativa, em detrimento do candidato de Rodrigo Maia (DEM-RJ), Baleia Rossi (MDB-SP). Apesar de ter uma arma e não ter medo de usá-la, o presidente, ainda assim, terá que manter a cautela. A tendência é que a eleição seja disputada em fevereiro, e em caso de vitória do adversário seria ruim para Bolsonaro fazer de Rossi um inimigo, como aconteceu com Maia.

Inclusive, porque o MDB poderá se tornar um aliado caso o presidente alcance 2022 com força política para tentar a reeleição. Tirando o primeiro escalão, os cargos a serem distribuídos por Bolsonaro não devem ir diretamente para os deputados, mas para indicados. Há um número grande de vagas de cargos comissionados de direção e assessoramento superior (DAS). São 837 de número 5, os mais importantes, e 1.799 de número quatro (veja arte). Claro que a distribuição das vagas ocorrerá com restrições. Em partes porque não é comum o governo trocar todo o seu quadro e, em partes, porque Bolsonaro ainda terá que atender às alas evangélica, militar e olavista.

Além desses cargos, o site Panorama das Estatais, do próprio governo, aponta que existem 197 empresas estatais que podem servir de atrativo para indicados que ampliem os poderes, a visibilidade e a influência de parlamentares do Centrão, grupo em que Bolsonaro se formou politicamente e ao qual estará atado até o fim do mandato. Para completar, embora o orçamento de

2021 tenha 93,7% da despesa primária como obrigatória e pouco espaço para investimento, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE) e o Banco do Nordeste seguem atrativos.

MOVIMENTAÇÃO AGRESSIVA

Economista e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco destaca que a totalidade dos 2.636 cargos comissionados são categorias de interesse para negociação. “Além dos cargos de dirigentes de estatais, para os quais políticos fazem indicações, tem os conselhos de administração, fiscal, muitos deles com remunerações muito maiores que muitos salários da administração pública. Isso em termos de cargo de que se pode fazer uso. Costumamos falar sobre emendas parlamentares, que são oficiais. Mas tem as informais. O Orçamento da União não é totalmente detalhado por estados e municípios, tem programas com recursos que podem ser alocados”, elenca o economista.

Para o economista, o ideal é que a disputa se restringisse aos interesses do país. “O presidente não pode tudo, mas pode muito. O mais desejável era que essas injunções políticas não acontecessem. Que os próprios parlamentares escolhessem a presidência com candidatos dispostos a trabalhar com independência e pelas causas e projetos do país, e não do governo. Mas isso é uma utopia. E acabamos no ‘nós contra eles’ incentivado por JB, e vira um vale-tudo”, critica o especialista.

JOGO DE XADREZ Para Ricardo Ismael, doutor em ciência política, professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a atuação de Bolsonaro levará em conta não só a ambição pelo controle da Câmara, mas a movimentação dos adversários. Isso porque será importante atrair o próximo presidente da Casa, mesmo que seja um parlamentar do grupo de Maia. Baleia tem avançado nos movimentos e demonstra estar algumas jogadas à frente de Lira, embora, até fevereiro, o panorama

possa sofrer alterações. Ainda assim, em primeiro momento, a estratégia deve ser a de recuperar espaço. “O Palácio do Planalto, em circunstâncias normais, pode usar a máquina. Fazer distribuição de cargos, ou prometer a partidos que apoiaram Lira o benefício nas reformas ministeriais”, pontua.

“Por outro lado, o Planalto terá que ter cuidado para não ultrapassar um certo limite. Baleia Rossi

pode ganhar. E Jair Bolsonaro tem feito acenos para o MDB, conversando com Temer. O próprio Baleia não tem votado contra o governo. Transformá-lo em inimigo, como fez com Maia, não é estratégico. A legenda pode ser parceira para uma eventual candidatura de Bolsonaro à reeleição. O presidente da República pode ter munção, mas dentro de um certo limite, completa Ismael.

Carta Aberta à Prefeitura de Belo Horizonte

INFORME PUBLICITÁRIO

Tornamos público nosso apoio às medidas estabelecidas pelo decreto municipal nº 17.523, da Prefeitura de Belo Horizonte, orientada pelo Comitê de Enfrentamento COVID-19. Esse decreto vem em resposta ao aumento vertiginoso dos casos de infecção, transmissão, internações e óbitos causados pela pandemia da COVID-19, considerando principalmente os índices de ocupação dos leitos de UTI disponíveis na Capital.

Estabeleceu-se o retorno à fase zero, do início da quarentena em meados de março de 2020, em que podem funcionar apenas serviços considerados essenciais. A medida vem no intuito de diminuir as possibilidades de aglomeração e consequente alastramento da doença. Apenas em Belo Horizonte, no dia 08 de janeiro, são 66.916 casos confirmados da doença, sendo que, no dia 07, foram diagnosticadas mais 1.068 pessoas infectadas com a COVID-19. Em escala nacional, são 7.961.673 casos da doença, sendo que foram novos 87.843 casos no dia 07. O Brasil é o segundo país em número de vidas ceifadas, atrás apenas dos Estados Unidos, e o terceiro em número de infecções, nesse quesito atrás também da Índia.

Assim, a medida da PBH é estritamente necessária. Em relação aos leitos de UTI, a taxa de ocupação em Belo Horizonte bateu o índice de 85,1% no dia 08 de janeiro. Conforme Nota do Grupo Colaborativo de Coordenadores de UTIs de Belo Horizonte, “um paciente crítico com COVID que não encontra uma vaga de UTI tem 3 a 4 vezes mais chances de morrer e os 90 leitos de UTI que ainda temos é muito pouco para o que precisamos para atravessar os próximos meses. Os outros leitos de UTI de paciente com doenças cardíacas, neurológicas, pulmonares, cirúrgicas, oncológicas, infecciosas, trauma, etc. também estão lotados e não temos mais leitos para remanejar”.

Sabemos também que nos hospitais ainda não chegaram todos os pacientes com casos mais graves da doença, que a contrairam no período de festas de fim de ano, uma vez que a infecção demora cerca de 5 dias para se manifestar e entre 10 e 12 dias para alcançar um nível de gravidade que demande internação em UTI.

A medida, em nível municipal, vem na contrarrotas das políticas em nível nacional, em que a necropolítica do governo Bolsonaro insiste em menosprezar os efeitos da pandemia e os próprios alarmantes dados de número de óbitos e de infectados pelo COVID-19. Justamente por essa política de negação da ciência, vivemos um momento em que diversos países do mundo começam a vacinar os seus cidadãos e no Brasil ainda não se tem certeza nem se possuímos o número de seringas e agulhas para vacinar toda a população.

Porém, a despeito da necropolítica de Bolsonaro, a CORONAVAC, vacina produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa SINO-VAC, demonstrou eficácia de 78% de eficácia contra a COVID-19 e eficácia total contra casos graves e moderados da doença, que necessitam de internação, segundo dados apresentados pelo Instituto. Ainda no dia 7 de janeiro, o Ministério da Saúde anunciou a compra de 100 milhões de doses da vacina, que se juntam a mais 2 milhões de doses compradas da vacina produzida pela AstraZeneca e Universidade de Oxford, em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), com previsão de início de vacinação ainda em janeiro.

Sabemos os custos e os prejuízos sociais e econômicos da retomada do distanciamento social no grau mais restritivo que vivemos durante a pandemia. Porém, os dados concretos demonstram a necessidade imperativa de se evitar uma catástrofe ainda maior do que a que estamos vivendo. Ademais, a perspectiva de início de vacinação já se apresenta em um horizonte próximo. Precisamos cerrar fileiras para combater a doença e, neste momento, isso significa retomar o distanciamento social com responsabilidade, evitar ao máximo as aglomerações e tomar as medidas de proteção individual, com o uso contínuo dos EPIs.

Apoiamos o decreto e cobramos da PBH que torne público o cronograma de vacinação da população belo-horizontina e que cobre do governo estadual um posicionamento semelhante.

Está acabando. Façamos a nossa parte. Cuide-se! Cuide dos seus! Cuidemos uns dos outros! Paz, saúde e vacina.

Assinam:

APUBH - Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais e Campus Ouro Branco/UFSJ - Gestão Travessias na Luta - 2020/2022
 ABJDMG - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia/Minas Gerais
 ABMM/MG - Associação Brasileira de Médicos e Médicas pela Democracia/ Minas Gerais
 APG - Associação de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas da UFMG
 CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
 DCE - Diretório Central dos Estudantes da UFMG
 FEPEMG - Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais
 FITEE - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
 FOMEJA - Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos de Minas Gerais
 OAP - Organização dos Aposentados e Pensionistas da UFMG
 SBPC/MG - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
 SINAD-MG - Sindicato dos Advogados do Estado de Minas Gerais
 SINASEFE- IFMG - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical IFMG
 SINDADOS/MG - Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais
 SINDELETR - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores da Indústria Energética de Minas Gerais
 SINDIFES - Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino
 SINDIPETRO/MG - Sindicato dos Petroleiros - Minas Gerais
 SINPRO - Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais
 SINTECT-MG - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios de Minas Gerais
 UNCME/MG - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais
 UNE - União Nacional dos Estudantes